

# Serviço Social e trabalho: mapeando o debate no âmbito do CBAS

## Social work and work: mapping the debate within the CBAS

Hiago Trindade\*

Ana Beatriz Bandeira dos Santos\*\*

**Resumo:** Trata-se de uma pesquisa de tipo quali-quantitativa, por meio da qual arrolamos e analisamos 113 artigos publicizados no eixo “Trabalho, Questão Social e Serviço Social” do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 2019. O texto tem por objetivo, portanto, indicar os principais temas e discussões sobre o mundo do trabalho e sua relação com o Serviço Social na realidade contemporânea, oferecendo, ao mesmo instante, apontamentos e desafios à continuidade desse debate na área.

**Palavras-chaves:** Serviço Social. Trabalho. Mundo do trabalho. Pesquisa.

**Abstract:** This is a quali-quantitative research, by means of which we collected and analyzed 113 published articles, not the "Work, Social Questão e Serviço Social" of the Brazilian Congress of Social Assistants, carried out in 2019. Or text item by objective, Therefore, indicate the main topics and discussions about the world of work and its relationship as Social Service in contemporary reality, offering, at the same time, appositions and challenges to the continuity of the debate in the area.

**Keywords:** Social work. Work. World of work. Research.

Recebido em: 14/02/2023  
Aprovado em: 03/07/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

\* Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG - Campus Sumé). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduando em Arte e Mídia pela UFCG. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: [hiagolira@hotmail.com](mailto:hiagolira@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0462-4868>

\*\* Assistente Social (UFCG) e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [anabeatriiz98@gmail.com](mailto:anabeatriiz98@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5420-7336>

## Introdução

Em 1979 ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), popularmente conhecido como “Congresso da virada”, pois marcou o posicionamento/ alinhamento teórico, ético e político da categoria com os interesses da classe trabalhadora em meio ao contexto da ditadura militar ainda em curso no Brasil (Abramides; Cabral, 2019). Desde então, podemos afirmar que, a cada edição, esse congresso se mostra como um espaço profícuo para a crítica da realidade social, inclusive mediante a socialização dos estudos e pesquisas dos agentes profissionais que o compõem.

Dentre as diversas temáticas e interesses que vêm ganhando espaço no âmbito do referido encontro, o debate sobre as transformações no mundo do trabalho merece destaque. Ora, entendemos que o atual modelo de acumulação capitalista se desenvolve ao mesmo instante em que se intensifica a flexibilização dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, adensa a precarização do trabalho, provocando rebatimentos diretos para a sociedade, de modo geral, e para o Serviço Social, em específico. Por isso mesmo, neste artigo, estamos interessados/as em proceder a um mapeamento das publicações circunscritas a esse campo temático no âmbito do XVI CBAS, ocorrido em 2019, em Brasília-DF, oportunizando registrar as tendências do debate e parte da agenda de pesquisas que têm impulsionado o Serviço Social.

Para atingir esse objetivo, estabelecemos um percurso metodológico baseado na pesquisa quali-quantitativa, por meio da qual procedemos ao levantamento e análise dos artigos publicizados no eixo “Trabalho, Questão Social e Serviço Social” do CBAS, por entender que, a partir dele, poderíamos registrar, de modo satisfatório, os principais recortes teórico-metodológicos situados nesse campo temático. Ao todo, compuseram o universo da pesquisa 113 artigos, estes selecionados a partir da observância das palavras-chave<sup>1</sup> previamente estabelecidas pela equipe de pesquisa, bem como mediante a leitura dos resumos dos artigos.

Trata-se, portanto, de um estudo pautado em uma amostra aleatória simples, nos termos de Flick (2013). Para arrolar os artigos, procedemos ao preenchimento de um instrumental de pesquisa criado especificamente para catalogar os dados do evento. Após a organização e revisão do material, agrupamos os textos a partir de sete eixos, os quais constituem os tópicos deste artigo, a saber: a) Trabalho profissional do/a assistente social; b) Reestruturação produtiva do capital; c) Trabalho e questão social no capitalismo contemporâneo; d) Informalidade do

---

<sup>1</sup>Dentre as palavras chaves que nortearam os/as pesquisadores/as na eleição dos textos, destaca-se: “Trabalho”, “Precarização do trabalho”, “Reestruturação produtiva”, “Mundo do trabalho”, “transformações no mundo do trabalho”, “Precariado” e “Contrarreforma trabalhista”. Palavras similares à estas também foram incorporadas para constituir o universo total dos 113 artigos mencionados.

trabalho; e) Fundamentos da crítica da economia política; f) Contrarreforma trabalhista; g) Saúde do/a trabalhador/a. Cumpre frisar que a organização e estruturação desses eixos obedeceram ao agrupamento dos temas e questões que mais se evidenciaram para a equipe de pesquisa a partir da leitura dos resumos. Por suposto, tal feito não exclui as diversas transversalidades apresentadas pelas diferentes temáticas.

Dessa forma, a construção deste texto se ancorou, por um lado, no próprio conteúdo presente nos artigos produzidos pelos/as autores/as e socializados no eixo “Trabalho, Questão Social e Serviço Social” do CBAS e, de modo articulado, consultamos um conjunto de referências e autores/as importantes para nos auxiliar a caracterizar as temáticas de maneira satisfatória, a exemplo de Iamamoto (2015), Antunes (2015; 2018), Federici (2017), Filgueiras (2019), Alves (2012), Druck (2011; 2019), entre outras tantas referências empenhadas na luta teórica e política para desvendar a precarização do trabalho na contemporaneidade.

Ademais, cumpre ressaltar que este artigo faz parte de um esforço investigativo mais amplo, por meio do qual envidamos esforços para registrar as tendências teóricas existentes no âmbito dos principais eventos dinamizados pelos segmentos profissionais do Serviço Social. Assim, além do CBAS – foco de nossa análise no presente artigo –, também produzimos dados a partir do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e da Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), cujos resultados foram publicizados neste mesmo periódico (Cf. Trindade, 2021).

Por último, destacamos que a escolha do interesse pelo campo temático da pesquisa que ora apresentamos, seguiu influenciado pelos dilemas vivenciados pela classe trabalhadora nesses tempos de crescente degradação do trabalho, em que novos delineamentos marcam a forma de existência e de organização coletiva dos/as trabalhadores/as. Desta forma, os pesquisadores e os sujeitos políticos preocupados com a superação dessa realidade de exploração e precarização, têm a necessidade de apontar os desafios e dilemas em torno das novas configurações impostas ao mundo do trabalho, e das problemáticas que permeiam a totalidade da vida social.

### **Trabalho profissional do/a assistente social**

Dentre os trabalhos analisados, 44 estão inscritos no eixo por nós intitulado como “Trabalho profissional do assistente social”, representando cerca de 38,93% do quantitativo total, sendo este o eixo mais expressivo registrado nos anais do CBAS realizado em 2019. Como o referido congresso é um evento voltado, mais diretamente, para os/as profissionais da área, a expressiva quantidade de trabalhos que problematizam essa temática não constitui motivo de

surpresa, inclusive, é evidente que grande parte dos artigos deriva de relatos de experiência profissional. Mais precisamente, dentre os 44 trabalhos, 25 (56,81%) se constituíram a partir de relatos de experiência profissional e/ou da vivência de estágio.

Ademais, 25% do quantitativo total de textos inscritos neste eixo (11) são de autoria exclusiva de profissionais. Além desses textos, também identificamos, em menor proporção, trabalhos coletivos envolvendo os/as profissionais e os/as discentes e/ou professores/as da área. Em nosso entendimento, essa produção coletiva é relevante, pois, dentre outros aspectos, permite estreitar a relação entre os cursos e os espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social, contribuindo com a qualificação dos/as profissionais e com o aprimoramento do processo de estágio.

Nessa esteira, merece destaque, ainda, a expressiva quantidade de trabalhos produzidos por estudantes de pós-graduação. Ao todo, foram contabilizados neste eixo 13 trabalhos (29,54%). Tal dado pode revelar que os sujeitos se inseriram nessas experiências em algum momento de suas trajetórias profissionais ou, ainda, que estão realizando seus cursos de pós-graduação sem liberação da atividade laboral.

Do ponto de vista das abordagens mais específicas registradas no eixo, ressaltamos o esforço dos/as autores/as em tecer reflexões sobre os dilemas, desafios e entraves que marcam seu cotidiano profissional, nos mais distintos espaços em que se inserem, com maior ênfase para as políticas que conformam a seguridade social brasileira. Entendemos que essa ação é fundamental para qualificar a apreensão da realidade social em que estamos inseridos/as, problematizando e esboçando saídas e alternativas coletivas para tais desafios.

Além disso, a análise crítica da realidade e dos dilemas e desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais é extremamente relevante, afinal, como pontua Marilda Iamamoto:

No trabalho cotidiano, o assistente social lida com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar, da vida dos sujeitos singulares que atendem, as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. (Iamamoto, 2017, p. 30).

Nesse processo, chama-nos atenção a maneira como é tratada a relação entre trabalho e Serviço Social, pois ela ocorre a partir de uma diversidade de nomenclaturas/expressões, dentre elas, ressaltamos: a) trabalho do Serviço Social; b) exercício profissional; c) trabalho do assistente social; d) atuação do assistente social; e) práxis profissional; f) fazer profissional; e g) prática profissional.

Essas expressões, muitas vezes entendidas como sinônimos ou, quando não, como equivalentes, em verdade representam diferentes leituras no que tange à compreensão da inserção do/a assistente social nos mais distintos processos de trabalho. Como sabemos, tal debate não data de hoje, ao contrário, vem se desenvolvendo de modo mais intenso desde os anos 1980, por ocasião dos saltos teórico-políticos registrados no âmbito do Serviço Social brasileiro e, como corolário, das reverberações provocadas no campo da formação profissional, especialmente mediante a reformulação das diretrizes curriculares, em 1996 (ABEPSS, 1996).

Quando da formulação das diretrizes, um dos debates que nortearam o momento, radicava-se justamente na concepção do Serviço Social. Nesse processo, sobressaiu-se a noção de que deveria figurar a ideia de trabalho, uma vez que a “prática” expressava um dos momentos do processo de trabalho, mas não o esgotava (Iamamoto, 2015). Nesse contexto, a leitura pioneira de Marilda Yamamoto, ainda nos anos 1980, busca sintonizar, a partir do aporte marxiano, uma leitura da profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, sendo conformada pelas antagônicas relações de classe estabelecidas na sociedade (Iamamoto; Carvalho, [1982] 2011).

Ainda no marco dos debates sobre os direcionamentos das diretrizes curriculares, vemos o esforço de alguns segmentos da categoria em situar o Serviço Social como uma das formas de práxis. Tal entendimento comparece, sobretudo, a partir das elaborações de Lessa (1996) e de Costa (1999). Ainda que apresentem particularidades no entendimento, evidencia-se que o tratamento da atividade profissional do/a assistente social deve ser considerado como uma forma de práxis, pois “[...] o Serviço Social não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social. [Ademais,] Não cumpre a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens” (Lessa, 2012, p. 18).

No mais, as outras nomenclaturas utilizadas pelos/as autores/as podem estar relacionadas a uma das concepções apresentadas anteriormente ou, ainda, estarem travejadas por equívocos de ordem teórico-metodológica, de modo a dificultar o entendimento sobre a relação entre Serviço Social e trabalho na sociedade contemporânea. Acreditamos que esse representa um desafio investigativo a ser aprofundado pelos/as pesquisadores/as interessados/as no tema.

### **Reestruturação produtiva do capital**

O eixo temático possui 14 artigos publicizados, equivalente a 12,38% do total dos textos analisados em nossa pesquisa. Os trabalhos inseridos neste campo temático oferecem pistas

para desvendar as transformações no mundo do trabalho, despontadas, sobretudo, após a crise de acumulação capitalista ocorrida nos anos de 1970, especialmente nos países de capitalismo central (Harvey, 1992). Desse modo, os artigos abordam as respostas do capital para recompor suas taxas de lucro, estas pautadas no investimento em inovações tecnológicas com intuito de maximizar a produção através da implementação da robótica e da microeletrônica, conformando o que vem sendo denominado, nos dias de hoje, como “indústria 4.0” (Antunes, 2018).

Além disso, é mister destacar as estratégias do empresariado para moldar novas formas contratuais, de gestão e de organização do trabalho, donde se sobressai a terceirização, tornando-se um paradigma para o mundo do trabalho prenhe de desafios, especialmente nos últimos anos.

Com efeito, o panorama acima descrito também impacta o Serviço Social, impondo-o complexas questões. Diante dessa realidade, a análise dos artigos circunscritos neste eixo revelou o interesse dos/as autores/as em tecer reflexões críticas acerca de como essas transformações societárias têm impactado o trabalho profissional do/a assistente social, especialmente problematizando a condição de trabalhador/a assalariado/a de seus/as agentes, os/as quais, diante da atual etapa de crise estrutural do capital, integram e corroboram para a expansão do exército industrial de reserva. Em conformidade com Yamamoto (2015), podemos afirmar que: “A polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa que afeta ‘os outros’” (Yamamoto, 2015, p. 48-49).

Dessa maneira, os artigos arrolados neste eixo também se debruçaram sobre a precarização do trabalho e seus rebatimentos no Serviço Social, apontando que os níveis de exploração da força de trabalho têm atingido pontos mais altos, através da flexibilização das relações trabalhistas e nas próprias condições estruturais de trabalho, com ênfase para a expansão do setor de serviços, campo em que o Serviço Social atua de maneira predominante.

Essas mudanças no modelo de organização da produção atingiram a classe trabalhadora nas mais diversas esferas da vida social ao trazer como consequência a agudização das expressões da questão social e a produção daquilo que Alves (2012) vem denominando de nova precariedade salarial, referindo-se à corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, expandindo as relações de trabalho precárias, tanto para aqueles/as trabalhadores/as que se encontram em ocupações informais quanto para aqueles/as que possuem maiores garantias trabalhistas, do ponto de vista jurídico-formal.



Esses/as trabalhadores/as, mesmo sendo assalariados/as, estão inseridos/as em constante processo de precarização, através de contratos laborais flexibilizados, terceirizados, temporários, etc. Está em voga, portanto, uma crescente tendência de degradação do trabalho que se exterioriza intensamente quando descarta uma parcela considerável da força de trabalho – tornando-a ainda mais supérflua –, em que os/as trabalhadores/as se encontram realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou na condição de desempregados (Antunes, 2018), passando a emergir um novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que complexifica ainda mais a composição atual das classes sociais internacionalmente.

Como sabemos, a realidade está apresentando novos fenômenos e, ao mesmo tempo, complexificando outras tantas situações a ocorrer no mundo do trabalho. Por isso, entendemos que esses debates mais contemporâneos ou, parafraseando Ricardo Antunes, “a nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora” precisam ganhar maior impulsionamento teórico e analítico, a fim de que possamos avançar em uma leitura mais ampla da realidade social.

Além disso, se estamos defendendo a existência de uma nova morfologia dos/as trabalhadores/as, há que se considerar, também, o aparecimento de novas formas de organização coletiva (Antunes, 2018), por isso mesmo, também é imperativo relacionar as novas configurações da reestruturação produtiva com os seus rebatimentos na organização coletiva dos/as trabalhadores/as na atual fase de acumulação capitalista. Eis aí alguns dos desafios para os/as estudiosos/as e pesquisadores/as interessados/as pelas problemáticas que penetram a vida social e são portadoras de contradições.

### **Trabalho e questão social no capitalismo contemporâneo**

Neste eixo, arrolamos o quantitativo de 21 artigos, número que representa, aproximadamente, 18,42% do total de textos publicizados no CBAS de 2019, a partir do recorte estabelecido pela seleção. Uma parcela desses 21 artigos (19,04%) se dedica a produzir análises teóricas acerca da questão social, recorrendo ao acervo bibliográfico de obras clássicas e contemporâneas capazes de auxiliar em tal ação.

Sabemos que o estudo e entendimento da questão social se reveste de incontestável relevância para o Serviço Social, dentre outros aspectos, pela concepção erguida em conjunto com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, segundo a qual a questão social é entendida como o “fundamento básico de sua existência” (ABEPSS, 1996), ou seja, é a partir da questão social que podemos pensar a necessidade de surgimento do Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho (Abreu, 2016).

Assim sendo, desde a construção das Diretrizes Curriculares, o debate sobre a questão social vem se desenvolvendo entre os diversos segmentos da categoria profissional, sobretudo inspirados nas contribuições marxianas, como o comprova, dentre outros, o estudo de Ivone Silva (2016). Dessa forma, os textos publicizados nos anais do CBAS de 2019 abordando essa temática contribuem, certamente, para o acúmulo que a profissão vem desenvolvendo, como também para oferecer novas pistas e indicações para se pensar as novas expressões da questão social na cena contemporânea, sobremaneira ante o avanço de uma revolução tecnológica com características inéditas.

Nessa direção, algo nos chamou atenção, quando da análise dos resumos dos textos, a saber: há uma ênfase na discussão sobre o *pauperismo*. Sem dúvidas, compreender tal fenômeno é imprescindível para elucidar, corretamente, o significado da questão social. Contudo, ao mesmo instante, pareceu-nos ocorrer uma menor ênfase no tocante ao aspecto relacionado à dimensão da atuação política dos/as trabalhadores/as, de sua rebeldia ante a degradação das condições de vida e existência dos sujeitos.

Ora, na esteira do que propõe Iamamoto, nosso entendimento se ancora na perspectiva de que a questão social precisa ser apreendida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano. (Iamamoto, 2001, p. 27-28).

Como se nota a partir da citação acima transcrita, a dimensão política da questão social é fortemente evidenciada e, quando nos debruçamos sobre os artigos que analisamos no âmbito do CBAS (2019), ela parece ter estado em “segundo plano”. Ainda que saibamos dos limites de produzir uma apreciação apenas a partir da leitura dos resumos dos textos e mediante os critérios de escolha já elencados na introdução deste artigo, essa análise é endossada por outras experiências e vivências, sobretudo a partir das orientações de textos e trabalhos acadêmicos de estudantes de graduação, momento no qual nos deparamos com a mesma problemática, a saber: a definição da questão social apenas como *pauperismo*. Por isso, entendemos como legítimas e necessárias maiores investigações nesse campo.

Outra tendência verificada neste eixo diz respeito ao estudo e análise de diversas expressões da questão social na particularidade brasileira. Dentre a diversidade de recortes teóricos estabelecidos pelos artigos que o dinamizam, merece destaque a recorrência ao tema



do desemprego, o qual aparece em outros 19,04% dos textos. De fato, na particularidade brasileira, o fenômeno do desemprego é significativamente expressivo. Não por acaso, ao analisar a questão social no Brasil, Josiane Soares Santos (2012) evidencia que o desemprego deve ser considerado como uma das expressões centrais da questão social no Brasil.

Também acreditamos que as investidas dos/as pesquisadores/as nessa temática possam estar relacionadas com o conjunto de transformações ocorridas na realidade brasileira, especialmente a partir de 2016, momento no qual presenciamos um alargamento do número de pessoas alijadas do mercado formal de trabalho ou, quando não, em condição de subemprego. Em 2019 – ano de ocorrência do CBAS –, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciava, a partir de seus estudos e boletins, que o desemprego no Brasil havia atingido a cifra de 12,7% da população, o que, em números reais, representava, aproximadamente, 13,4 milhões de trabalhadores/as que estavam distanciados/as do mercado “formal” de trabalho (IBGE, 2019).

Diante dos dados mencionados, acreditamos que a considerável quantidade de trabalhos apresentados e o interesse dos/as pesquisadores/as pelo tema do desemprego reflete a preocupação com uma problemática que esteve e continua estando na ordem do dia. De um modo ou de outro, a ênfase dada pelos/as pesquisadores/as a este campo temático é de suma relevância, tendo em vista compreender os desafios estabelecidos ao mercado de trabalho no Brasil e, como corolário, as consequências que dele derivam para os sujeitos que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Ainda que tenhamos inteiro acordo com as pontuações levantadas por Santos (2012) acerca da importância do desemprego para pensar a questão social no Brasil – e como a autora também indica –, apenas essa expressão é insuficiente para revelar a realidade em sua essência. Desse modo, há a imperiosa necessidade de compreender as múltiplas, complexas e desafiadoras expressões da questão social que assolam o cotidiano e vida dos/as trabalhadores/as brasileiros/as. Nesse sentido, os textos publicizados no âmbito do CBAS (2019) também cumprem um papel relevante, posto que se dedicam a oferecer pistas para desvelar os aspectos relacionados à saúde, à violência que acomete as parcelas oprimidas dos sujeitos, aos efeitos rural-urbano-ambiental, ao endividamento dos trabalhadores e à precarização do trabalho a acometer distintos segmentos da população, temas esses representando, aproximadamente, 61,02% dos artigos deste eixo.

Por fim, cumpre frisar algo importante: se são inegáveis os avanços já registrados na área acerca da compreensão da questão social e de sua relação com o Serviço Social, também é verdadeiro que essa discussão não está esgotada e carece de novos estudos e aprofundamentos,

tendo em vista oferecer novos subsídios para o debate, sobretudo a partir das necessárias mediações com os aspectos da formação sócio-histórica brasileira.

### **Informalidade do trabalho**

No eixo demarcado pelos trabalhos que discutem o fenômeno da informalidade do trabalho, podemos contabilizar um total de 5 artigos, expressando, assim, um percentual de 4,42% do total dos textos considerados do CBAS (2019).

Os artigos científicos que trazem a discussão sobre esse tema no âmbito do CBAS são importantes para a nossa análise, pois procuramos identificar os temas que têm chamado maior atenção da categoria profissional, dos/as discentes, docentes e demais profissionais que participaram do evento, tendo como objetivo perceber como vêm sendo discutidas as transformações ocorridas no mundo do trabalho em decorrência das novas configurações do processo de reestruturação produtiva do capital.

Nesse contexto, o investimento na precarização dos postos de trabalho formais, repercutindo diretamente na ampliação das formas de trabalho desprotegidas e desregulamentadas, tem como “carro-chefe” a informalidade, estando ela longe de ser uma disfuncionalidade do capital em seu desenvolvimento histórico, na exata medida em que constitui uma das estratégias de recomposição de suas taxas de lucro. Nesse sentido, Tavares (2004) ilustra que:

Mediante uma suposta igualdade formal, o trabalho assalariado é transformado, sob modalidades diversas, em trabalho autônomo ou em pequena empresa. E com esse simples artifício a relação empregado/empregador é metamorfoseada numa negociação entre agentes econômicos que se encontram em iguais condições na esfera de circulação de mercadorias. (Tavares, 2004, p. 17).

Com efeito, a informalidade do trabalho é apreendida pelo aviltamento ainda maior do trabalho assalariado e pela degradação dos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio-doença, licença-maternidade, etc. Na atualidade, o espaço econômico ocupado pela informalidade se apresenta como uma tendência nas relações de trabalho, distante de se constituir como uma eventualidade diante das crises do capital e das taxas de desemprego. Nesse diapasão, de acordo com Tavares (2004), encontramos “[...] os trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado de trabalho formal e trabalhadores que são deslocados do mercado formal pelos processos de terceirização” (Tavares, 2004, p. 16-17).

Em alinhamento com esses apontamentos, a caracterização de Antunes (2011) situa que o aparecimento da informalidade tem como marca a “[...] ampliação acentuada de trabalhos

submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado” (Antunes, 2011, p. 408).

A partir do levantamento dos artigos publicizados no CBAS em 2019, identificamos a preocupação dos/as autores/as em expor a atuação do Estado em relação às mudanças significativas no campo do trabalho nos últimos anos, em que o Estado (enquanto aparato legal da burguesia) tem se afastado cada vez mais das suas responsabilidades no cumprimento com os direitos sociais e trabalhistas, levando à expansão do trabalho informal ao criar e disseminar mecanismos de regulamentação para formas de trabalho, como o empreendedorismo e o trabalho autônomo, legitimando, assim, por meio de uma burla, o trabalho precário e “atípico”.

Dessa forma, podemos evidenciar diversas manifestações nos tipos de processos de trabalho desempenhados por homens e mulheres no *setor da informalidade*. Nessa direção, é importante sinalizar que três dentre os cinco artigos selecionados neste eixo temático se preocuparam em expor os efeitos deletérios da informalidade do trabalho no âmbito do “comércio ambulante”, inclusive envolvendo pesquisas empíricas de mapeamento das atividades realizadas nas praias alagoanas e no sistema metroviário de Recife pelos/as trabalhadores/as.

A partir da análise dos artigos supracitados, também constatamos a denúncia dos mecanismos forjados pelo capital para tentar enquadrar o comércio ambulante como uma “saída” para a situação de desemprego estrutural. Nessa direção, tendo em vista a análise crítica cristalizada nos estudos arrolados neste eixo, resta demonstrar que, diante do atual estágio de acumulação capitalista – que, de forma funcional, não incorpora toda força de trabalho disponível –, os/as trabalhadores/as inseridos/as no comércio ambulante permanecem exercendo o trabalho informal por um período de tempo cada vez mais prolongado, tornando-se essa uma ocupação tendencial e não uma condição momentânea.

É nesse sentido, de expor as relações precárias de trabalho e seus modos de ser, que os/as estudantes de graduação e dos programas de pós-graduação, os/as assistentes sociais e os/as professores/as de Serviço Social têm sido impulsionados/as a desvelar a realidade a partir da perspectiva da totalidade social, a fim de tecer uma crítica que alcance a raiz das contradições da sociedade do capitalista, na medida em que os mecanismos e as engrenagens impulsionam o mundo do trabalho em direção à informalidade e se tornam substanciais para o debate da questão social, pedra angular para o Serviço Social.

## Fundamentos da crítica da economia política

É inegável que, desde o chamado movimento de reconceituação do Serviço Social, particularmente no Brasil, a profissão vem tecendo um diálogo crítico com as diversas tendências inscritas no que Netto (2017) designou como “tradição marxista”. O saldo desse diálogo se expressa, dentre outros aspectos, numa leitura consistente da realidade social, a partir da mediação entre as dimensões da singularidade, particularidade e universalidade (Netto, 2011).

Tal acúmulo também comparece nos 9 textos reunidos neste eixo, o qual representa 7,96% dos artigos publicados. De maneira geral, o debate travado pelos/as autores/as no marco do CBAS (2019) se preocupa em oferecer pistas para compreender as configurações e os sentidos do trabalho na sociabilidade humana. Para isso, há, por parte dos/as respectivos/as autores/as, o reconhecimento de que: a) trabalho é o fundamento ontológico do Ser Social, ou seja, a atividade que propicia a constituição dos homens enquanto seres prático-conscientes e sua humanização; e b) existem mediações para caracterizar as configurações que o trabalho assume nos marcos do modo de produção capitalista, donde se sobressai sua dimensão “abstrata”.

Nesse processo, os/as pesquisadores/as que enviaram suas contribuições para o CBAS mobilizam um conjunto de categorias e aportes teórico-metodológicos a partir do acúmulo oferecido pela crítica da economia política. Dentre essas categorias, destaca-se a noção de: trabalho concreto, trabalho abstrato, reificação, mercadoria e subsunção.

Não é nossa intenção – e não seria mesmo possível nos limites deste artigo – abordar e esmiuçar todas essas categorias. O nosso intuito é, tão somente, apontar que tais categorias, a partir das indicações marxianas e dos avanços conquistados a partir das pesquisas desenvolvidas pela tradição marxista, são importantes para compreender como se estrutura a sociedade capitalista e para demonstrar as contradições que guiam esse sistema de metabolismos, nos termos de Mészáros (2011).

No que se refere especificamente ao Serviço Social, sabemos que tais categorias também cumprem notada importância. Ora, desde que a profissão entendeu e afirmou a necessidade de se pensar para além de si mesma – perspectiva endogenista, tal como qualificada por Montaño (2012) –, diversos estudos sobre a realidade macroscópica e suas amplas determinações vêm dinamizando os/as pesquisadores/as da área, e os textos publicizados no âmbito do CBAS (2019) demonstram isso.

Inconfundivelmente, existe um saldo teórico no que se refere ao trato das categorias da economia política no âmbito do Serviço Social. Saldo esse, inclusive, que está para além dessa

profissão, dada a ressonância e receptividade que tem em outras áreas e campos do conhecimento. Nessa mesma direção, também não podemos nos furtar em indicar que o estudo dessas categorias precisa ainda ser aprofundado no âmbito dos diversos espaços de formação. Como aponta um estudioso do tema:

Ganham relevâncias as pesquisas de assistentes sociais que, em determinadas temáticas, extrapolam as “divisas internas” do debate endógeno da área e estabelecem interlocuções significativas com as ciências sociais. Diante disso, consideramos que as assimilações das *categorias da crítica da economia política* (ainda em andamento no Serviço Social e com longo caminho de aprimoramento pela frente) são avanços no atual cenário das ciências sociais, pois estas, na atualidade, em alguns casos, buscam eliminar ou reduzir as pesquisas sobre a exploração da força de trabalho e sua condição de mercadoria especial produtora de valor. (Lara, 2016, p. 210).

Nessa direção, cumpre avançar em uma agenda de estudos e pesquisas, no âmbito da graduação e da pós-graduação em Serviço Social, que sirva, incentive e proponha o aprofundamento das categorias teórico-metodológicas calcificadas no campo da crítica da economia política, sobretudo pensando nas contribuições que as mesmas oferecem para decifrar e, conseqüentemente, para transformar a realidade neste século XXI.

### **Contrarreforma trabalhista**

Em nossa pesquisa, este eixo temático é constituído por 6 artigos, equivalente a 5,30% no universo total dos 113 trabalhos analisados. Representa, portanto, um quantitativo superior quando comparado aos textos publicados no âmbito do ENPESS 2018 com a mesma temática (onde constatamos 4 artigos), e inferior àqueles registrados na JOINPP 2019 (com 7 trabalhos). Observamos que os seis artigos apresentados estão interligados por um aspecto em comum, qual seja: a abordagem dos principais efeitos causados na forma de viver da classe trabalhadora brasileira mediante a aprovação da Lei n.º 13.467/2017 (também conhecida como “*reforma*” trabalhista) e pela Lei n.º 13.429/2017, sancionada durante o governo Temer (2017), com o objetivo central de regulamentar a terceirização para atividades-fim.

Destarte, para discutir o fenômeno supramencionado, os seis trabalhos estão ancorados, expressivamente, na apreensão do movimento do capital em seu constante processo de restauração em busca da ampliação de suas taxas de lucro. A partir dessa perspectiva, os artigos pretendem apontar que, na contemporaneidade, o mundo do trabalho vivencia um conjunto de transformações, rebatendo, de diversas formas e intensidades, em todos os homens e mulheres que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Certamente, os seis artigos que constituem este eixo enfeixam um conjunto de temas da maior relevância ao debate. Contudo, dois aspectos nos chamaram maior atenção: a) o

surgimento da terceirização para atividades-fim, intensificando a precarização do trabalho; b) os recursos ideológicos utilizados pelo capital para legitimar a “reforma”.

Dessa forma, ganha espaço nas discussões elencadas pelos artigos analisados o papel das classes dominantes e de seus intelectuais orgânicos no processo de disseminação da ideologia neoliberal que propagou a famigerada “reforma” como algo benéfico para os/as trabalhadores/as, apresentando-a como estratégia de solução para o problema do desemprego estrutural no Brasil, o que já foi desmentido por diversas pesquisas, dentre as quais, a de Filgueiras (2019), a qual demonstra que não há nenhuma relação de causalidade entre implementação da “reforma” e redução dos níveis de desemprego no país.

Segundo os ideólogos do capital, a “reforma” parte de uma relação direta entre custo do trabalho e desemprego. Segundo esses sujeitos, ao cortar custos direta ou indiretamente dos empresários – oriundos da relação com os trabalhadores, em que podemos mencionar os custos relacionados ao contrato, à remuneração, à saúde e segurança, à manutenção da força de trabalho, dentre outros aspectos –, consequentemente levaria à criação de novas ofertas de emprego, desse modo, partindo da ideia de que quanto menores os custos, mais trabalhadores passariam a ser contratados. De acordo com os estudos de Druck *et al.* (2019):

[...] a nova legislação caminha na linha da modificação da função das negociações coletivas já reivindicada pela agenda neoliberal – que deixa de se garantir direitos para se garantir empregos, como observa Silva (2008) – passando a admitir um largo rol de situações em que os sindicatos podem acordar padrões inferiores aos legais, notadamente em matérias atinentes à saúde e segurança dos trabalhadores, como é o caso da redução do intervalo para repouso e alimentação de uma hora para trinta minutos e da autorização para labor extraordinário em atividade insalubre, independentemente de laudo técnico. (Druck *et al.*, 2019, p. 295, grifos nosso).

O discurso neoliberal, que confronta os direitos trabalhistas com a questão do desemprego, tem um papel central para cristalizar a estrutura de poder do empresariado sobre a classe trabalhadora em âmbito internacional. Para o/a trabalhador/a, é imposto o dilema entre ter um emprego ou lutar por direitos, fazendo com que homens e mulheres se submetam a relações de trabalho cada vez mais desumanas, desprovidas de qualquer segurança social. Porém, diante do não cumprimento dos objetivos declarados da “reforma”, o capital lança a estratégia de alegar que seria necessário mais tempo para que a mesma atinja suas metas ou de que é necessário cortar ainda mais direitos para que tal promessa seja alcançada.

Dessa forma, além do debate sobre os discursos ideológicos do capital, a ênfase na terceirização ocupa lugar central nas discussões levantadas pelos trabalhos publicizados no âmbito do CBAS, debatendo sobre a Lei n.º 13.429/2017, que permite a terceirização para atividades-fim, como se mostra explícito na referida legislação, senão, vejamos: “§ 3º O



contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços” (Brasil, 2017). No que tange à terceirização, os estudos produzidos no Brasil, inclusive aqueles assentados em pesquisas empíricas (Cf. Campos, 2018), demonstram o caráter regressivo dessa modalidade de inserção sociolaboral. Conforme elucidam importantes analistas:

[...] a terceirização tem como objetivos centrais a redução dos salários, a retração crescente dos direitos do trabalho e, o que é também de enorme relevância, aumentar a fragmentação, procurando desorganizar ainda mais a classe trabalhadora, tanto na esfera sindical como nas distintas formas de solidariedade coletiva que florescem no espaço produtivo. (Antunes; Druck, 2013, p. 229).

Além da terceirização, em menor proporção, a problematização acerca do trabalho intermitente também foi registrada no âmbito dos artigos que dinamizam este eixo. Essa modalidade contratual, estabelecida pela Lei n.º 13.469/2017, conforma uma crescente tendência na qual o/a trabalhador/a passa a prestar serviços ou desempenhar atividades apenas por um período determinado, de acordo com as oscilações próprias da dinâmica capitalista, nos mais variados setores. Ou seja, o/a trabalhador/a está sempre à disposição dos empregadores, ainda que não tenha vínculo estabelecido se não realiza suas atividades. Trata-se, assim, de um recrutamento que ocorre de maneira incerta, imprecisa e desprotegida, tanto do ponto de vista trabalhista quanto social (Maeda, 2019).

É importante ressaltar que o CBAS ocorreu no ano de 2019, ou seja, dois anos após a aprovação da contrarreforma trabalhista. Apesar de ter acompanhado esse processo, o quadro de trabalhos referentes à temática da contrarreforma trabalhista ainda é, em nosso entendimento, pouco expressivo no âmbito deste eixo temático<sup>2</sup>.

Contudo, ainda que seja pouco expressivo o quantitativo de trabalhos apresentados no CBAS, é mister ressaltar que os seis artigos publicizados no evento apresentam argumentos substanciais para desvendar a precarização dos postos de trabalho em crescente expansão no Brasil nos últimos anos, utilizando para sustentar os argumentos apresentados, a leitura dos/as autores/as que têm se empenhado em compreender e desvelar as novas configurações da reestruturação produtiva do capital.

Nessa direção, cabe frisar que, embora o debate sobre a contrarreforma trabalhista não tenha expressado grande quantitativo nos trabalhos dinamizados no evento, acreditamos que as pesquisas em torno da contrarreforma são de magnitude interesse para sintonizar os/as

<sup>2</sup> Destaca-se a possibilidade de o tema da contrarreforma ter aparecido, também, em outros eixos temáticos, já que a metodologia por nós adotada para agrupar os trabalhos nos eixos foi a de considerar os artigos a partir das suas respectivas palavras-chave.

assistentes sociais e os agentes políticos ligados às lutas da classe trabalhadora com as problemáticas que permeiam o mundo do trabalho, em um cenário marcado pela agudização das expressões da questão social, que tem como reflexo a miséria e superexploração da força de trabalho. Assim, nessa guerra de classes declarada pela burguesia, torna-se inadiável a organização política dos/as trabalhadores/as para que os/as mesmos/as se libertem dos grilhões que os/as prendem e impedem de viver uma vida dotada de sentido dentro e fora do trabalho (Antunes, 2015).

### **Relações de exploração e opressão**

Neste eixo, sistematizamos o total de 8 artigos, correspondendo a 7,07% da produção teórica analisada no CBAS (2019). De modo geral, podemos afirmar que o referido eixo se unifica a partir da tentativa de apreender os diversos mecanismos de exploração do capital sobre a classe trabalhadora na contemporaneidade, dando maior ênfase, dentre outros aspectos, aos debates sobre: a) o trabalho escravo contemporâneo; b) o trabalho infantil; c) a exploração da força de trabalho das mulheres; d) a dimensão de raça/cor/etnia e os mecanismos de precarização laboral; e) as determinações de sexualidade, apontando o segmento LGBTQIA+ enquanto uma parcela componente da precarização do trabalho.

Como se nota, a partir do levantamento exposto, o eixo denominado relações de exploração e opressão se unifica por um fato, qual seja: o capital tem criado estratégias para explorar diversos segmentos sociais, os quais adentram no mundo do trabalho vivenciando formas de precarização cada vez mais intensificadas. As dimensões de gênero, raça, sexualidade e geração se evidenciam nos textos, demonstrando que as desvantagens e desigualdades sociais construídas histórica e culturalmente permitem à sociedade capitalista usurpar dos segmentos sociais marcados por essas determinações, com o máximo de trabalho excedente, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e da imposição de salários mais baixos. De acordo com a brilhante constatação feita por Federici (2017), podemos pensar que tais desigualdades se expressam desde a gênese do modo de produção capitalista. Em suas palavras:

[...] a acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis pelo capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (Federici, 2017, p. 119, grifos nosso).

Nessa direção, os artigos inseridos nesse eixo temático se propõem a evidenciar os modos da exploração do trabalho diante o processo de transformações decorrentes no interior

do sistema capitalista. É nesse contexto que se desenvolve o debate sobre o trabalho escravo contido em parte dos artigos por nós analisados, a partir de análises históricas e das configurações que assumem na realidade contemporânea. De modo geral, esses artigos têm como objetivo central expor os aspectos das novas práticas de exploração da força de trabalho, em que o/a trabalhador/a é submetido/a à situações de trabalho degradantes, a jornadas laborais exaustivas dentre outros fatores que, em geral, representam o derruimento da dignidade humana.

Atenta-se para o fato de que, através das análises tanto dos artigos sobre o trabalho escravo ou análogo à escravidão quanto dos artigos que tratam acerca da exploração do trabalho infantil (evidenciada a dimensão de geração), há algo que os unifica, a saber: longe de terem sido superadas, essas formas de exploração/expropriação do trabalho seguem se fazendo presentes na realidade, especialmente nos países ditos “periféricos”, representando desafios no campo da investigação científica sobre o tema, assim como das ações políticas necessárias para freá-lo, atestando a sintonia que os estudos e pesquisas dos segmentos do Serviço Social apresentam com as questões e problemas que interpelam a realidade atual.

De fato, o atual estágio de precarização do trabalho traz de volta formas de exploração que pareciam remotas, “ultrapassadas” e que agora “voltam” ao cenário contemporâneo, ditando a “nova” forma de exploração/expropriação da classe trabalhadora, a exemplo do aumento das jornadas de trabalho, do uso da força de trabalho infantil se tornando uma prática generalizada ou ainda trabalho forçado. Acrescente-se aos aspectos já mencionados a apropriação da força de trabalho feminina para funções histórica e culturalmente empregadas como mais adequadas para as mulheres, que, através da divisão sexual do trabalho, exerce duplo papel na organização capitalista (Nogueira, 2006), quando no seio da instituição familiar a mulher é a responsável pela sobrevivência dos seus indivíduos e da manutenção dos cuidados necessários para reger a força de trabalho, e no trabalho fora do lar se inserem nos postos de trabalho mais fragilizados em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Nessa direção, Hirata (2009) também chama atenção para outro aspecto importante para compreender o atual cenário de precarização do trabalho em âmbito mundial ao apontar a existência de uma marcada divisão sexual da precariedade, “[...] já que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial: número inferior de horas trabalhadas, níveis mais baixos na escala de qualificação” (Hirata, 2009, p. 26).

A exploração da força de trabalho feminina também não é um acontecimento novo, assim como procuram demonstrar os artigos, pois se sabe que, desde o início do processo de

industrialização, foi peça fundamental para o processo de acumulação de capital, por ser considerada uma mão de obra barata e flexível. Desta feita, esses segmentos são recrutados pelo capital como indivíduos meramente produtores e necessários para a manutenção e funcionamento do sistema capitalista, como o demonstra, de forma brilhante, a investigação de Engels (2010).

Por fim, é relevante destacar que a exploração e as formas de opressão da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2012) se intensificou, principalmente após a aprovação da contrarreforma trabalhista, impactando de forma diferenciada os segmentos historicamente mais fragilizados, como mulheres, LGBTs, negros e negras, segmentos mais jovens e os mais velhos, à exemplo do que ocorre no âmbito das centrais de telemarketing, campo de trabalho também explorado pelos artigos contidos neste eixo.

Por essa razão, os estudos sobre a exploração e as opressões que encontram nesses segmentos da classe trabalhadora maiores possibilidades de extração de mais-valia vêm sendo, no decorrer dos últimos anos, tema de estudos e motivo de preocupação para os diversos pesquisadores nos eventos do Serviço Social, em que pese a crítica pelas contradições da sociedade do capital, comungando com a luta pela construção de uma sociedade verdadeiramente emancipada, fruto de um projeto de classe revolucionário.

### **Saúde do/a trabalhador/a**

Neste eixo, registramos 6 artigos problematizando a relação entre saúde e trabalho na sociedade capitalista, representando 5,30% do total de textos sistematizados pela pesquisa. Ainda que o número de trabalhos não seja tão expressivo, é importante frisar que no âmbito dos recentes Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS, 2018) e Jornada Internacional de Políticas Públicas (Joinpp, 2019), a temática da saúde do trabalhador teve bastante em evidência, representando, respectivamente, 31,88% e 13,79%, como o demonstram os dados publicizados em outro momento.

Quando falamos em saúde do trabalhador, estamos amparados em um campo de estudos assentado no entendimento de que a maneira como as formas de gestão e organização do trabalho se estruturam na sociedade capitalista, são responsáveis por produzir adoecimentos de todas as ordens e em diversos níveis nos/as trabalhadores/as (Praun, 2014). Ou seja, há um conjunto de enfermidades enfrentadas pelos homens e mulheres que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, as quais possuem nexos com o labor estabelecido.

Uma das questões que nos chama atenção na análise desses textos do CBAS (2019) é a indicação da relação entre saúde e adoecimento mental ou aspectos relacionados à

subjetividade, a qual comparece, de múltiplas formas, em pelo menos três artigos analisados. Nesses, observamos a preocupação com a síndrome de *Burnout*, o “terror psicológico” e com os “transtornos psicológicos” decorrentes das relações laborais estabelecidas pelos homens e mulheres que trabalham.

Tal preocupação e interesse de estudo pela temática não ocorre de maneira fortuita, ao contrário, em nosso entendimento, elas revelam a necessidade de enfrentar, do ponto de vista teórico e político, um problema a se agravar e se complexificar cada vez mais. Apenas a título de exemplo, poderíamos nos remeter ao relatório intitulado: “Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016”, o qual aponta que, no Brasil, os transtornos mentais relacionados ao trabalho são o terceiro maior motivo de afastamento das atividades laborais (Brasil, 2017, p. 5).

Além dos aspectos supramencionados, a ênfase na discussão da saúde mental e/ou precarização subjetiva também se mostra relevante, uma vez que o mais comum ou corriqueiro nos estudos sobre a precarização do trabalho é se voltar para os seus efeitos e consequências físicas. Assim, reforçamos a necessidade de pensar a precarização do trabalho como um processo complexo, que articula, de maneira dialética, objetividade e subjetividade, nos termos de Dejours (2015).

Por fim, cumpre ressaltar que esses processos de adoecimento são ainda mais evidentes nos contextos de aprofundamento das crises capitalistas, como o demonstra bem a realidade vivenciada nos dias que correm, onde presenciamos efeitos desastrosos responsáveis por vitimar e vitimizar trabalhadores/as inseridos/as em diversos postos empregatícios.

### **Considerações finais**

A análise dos textos que compuseram o universo da pesquisa deste artigo, ora apresentado ao público, aponta para a capacidade de o Serviço Social analisar as transformações operadas no mundo do trabalho e, ao mesmo instante, construir mediações interessantes para se localizar em meio a tais acontecimentos. Em verdade, os eixos temáticos apresentados evidenciam o esforço dessa profissão em observar os desafios que interpelam a realidade hodierna e se debruçar sobre eles para permitir a construção de subsídios teórico-metodológicos e ético-políticos deveras relevantes para enfrentá-los.

Dessa forma, se são inconfundíveis os avanços e os saldos teóricos no que tange aos campos temáticos abarcados pelos eixos estabelecidos neste artigo, também é preciso ressaltar

a necessidade de dedicar atenção a algumas questões por nós identificadas como desafios no campo da pesquisa e produção do conhecimento acerca do “mundo do trabalho”.

Em nosso entendimento, fenômenos como a “uberização”, a “plataformização”, o incremento de novas formas de gestão do trabalho, a criação de determinadas modalidades laborais e o surgimento de novas frações de trabalhadores (a exemplo do precariado) precisam ser mobilizados a fim de sintonizar as nossas análises com as problemáticas latentes que despontam na contemporaneidade.

Dentre esses fenômenos, gostaríamos de chamar maior atenção para a discussão acerca da contrarreforma trabalhista imprimida desde 2017 no Brasil. No que se refere especificamente a esse tema, vemos que o Serviço Social tem acumulado bastante no campo dos discursos legitimadores da contrarreforma e dos impactos regressivos ocasionados pela terceirização do trabalho.

Como procuramos demonstrar, tal debate já vinha se desenvolvendo antes da aprovação da Lei n.º 13.429/2017 e, mediante sua implementação, passa a ser alvo de novos estudos a partir das modificações operadas. Nesse sentido, em nosso entendimento, desponta como desafio nesse campo o aprofundamento dos estudos mais específicos sobre o trabalho intermitente, a nova modalidade de trabalho estabelecida pela Lei n.º 13.467/2017, inclusive pensando seus impactos para o Serviço Social. Em recente estudo, desenvolvido no âmbito do Rio Grande do Sul (Correa; Reidel, 2021), já se registra a contratação de assistentes sociais mediada por esse tipo de vínculo empregatício, demonstrando que o mesmo representa uma tendência que vem se alargando expressivamente, carecendo maior atenção da comunidade acadêmica.

Outro desafio diz respeito à verificação dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 para o mundo do trabalho no Brasil. Quando o CBAS ocorreu, em 2019, ainda não imaginávamos que seríamos assolados por tal fenômeno, e o que temos verificado, cotidianamente, são as consequências deletérias materializadas, sobremaneira, no âmbito das condições de existência da classe trabalhadora, traduzindo-se, para significativa parcela desses sujeitos, em maior instabilidade, insegurança e pauperização.

Dessa forma, entendemos que um dos desafios no campo da produção de conhecimento é justamente pensar os desafios correlacionados a essa problemática. Esse esforço já está em curso atualmente, como podemos observar mediante a socialização de importantes livros, periódicos e pesquisas produzidos pela área (Cf. dentre outros Laurentino; Cronemberger, 2020), restando como desafio nos apropriar dessa produção e enveredar esforços para



problematizar novos campos e/ou enriquecê-los com novas determinações, a partir do movimento do real.

Destarte, esperamos que os apontamentos elencados neste texto despertem o interesse da comunidade acadêmica pela continuidade e aprofundamento das pesquisas nesse universo temático. E, igualmente, que o conjunto de conhecimentos produzidos nos auxilie a imprimir ações concretas na realidade social com vista a alterar a situação de precarização e exploração a nos assolar nos dias que correm.

### Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Lei de diretrizes curriculares de 1996*. Rio de Janeiro, 1996.
- ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação a perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, M. L. O (Org). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- ALVES, G. Juventude e nova precariedade salarial no Brasil: elementos da condição proletária no século XXI. In: ALVES, G; ESTANQUE, E. (orgs). *Trabalho, juventude e precariedade: Brasil e Portugal*. Bauru: Canal 6, 2012.
- ANTUNES, R; DRUCK, G. A terceirização como regra? Rev. TST, Brasília, v. 79, n. 4, out./dez. 2013.
- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez; 2015.
- ANTUNES, R. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). Caderno CRH, Salvador, v. 15, n. 37, p. 23-45, 2002.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serviço Social & Sociedade, [S.L.], n. 107, p. 405-419, set. 2011.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. Adoecimento mental e trabalho: A concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016. *1º Boletim Quadrimestral sobre benefícios por incapacidade de 2017*. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/04/1%C2%BA-boletim-quadrimestral.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2021.
- CAMPOS, A. G. (Org). *Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*. Brasília: IPEA, 2018.
- CORREA, L. D; REIDEL, T. Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as). *Temporalis*, v.21, n.41, 2021.
- COSTA, G. *Trabalho e serviço social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács*. Dissertação. Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE: 1999.
- DEJOURS, C. *A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2015.
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. spe. 01, p. 37-57, 2011.
- DRUCK; G. *et al*. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-305, Maio/Ago. 2019.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FILGUEIRAS, V. A. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, J. D; OLIVEIRA, R. V; FILGUEIRAS, V. A (orgs). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.
- FLICK, U. *Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças culturais*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009.
- IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, M. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 128. São Paulo: Cortez, 2017.
- IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. In: *Revista Temporalis*. São Paulo: Graflin, 2001.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil*. Brasília (DF), 2019. Disponível em: <ftp.ibge.gov.br > pnadc\_201201\_201603\_trimestre\_novos\_indicadores>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- LARA, R. A dialética do trabalho: apontamentos sobre a teoria marxista do valor. In: MOTA, A. E. AMARAL, A. *Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.
- LAURENTINO, Sofia; CRONEMBERGER, Herika (orgs). *Serviço social em tempos de pandemia: provocações ao debate*. Teresina: EDUFPI, 2020.
- LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. In: *Serviço Social e Sociedade*, v. 52. São Paulo: Cortez, 1996.
- LESSA, S. *Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho*. 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.
- MAEDA, P. Contrato zero-hora e seu potencial precarizante. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MONTAÑO, C. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e a sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2012.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: BRAZ, M. *José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOGUEIRA, C. M. *O trabalho duplicado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PRAUN, L. *Não sois máquina! : reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil*. 2014. 189 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SANTOS, J. S. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, I. *Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio históricos*. São Paulo: Papel Social, 2016.
- TAVARES, M. A. *Os fios invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

TRIDADE, H. Serviço Social e mundo do trabalho: tendências do debate. *In: Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.21, n. 2, p. 590-607, jul./dez. 2021.